ROSÍRIS PAULA CERIZZE VOGAS

Preços de Transferência no Brasil

A era da convergência

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

Introdução 1

Parte I.
Fundamentos e contexto: da fragmentação produtiva global ao padrão da OCDE

Capítulo 1. O Brasil nas cadeias globais de valor: o contexto econômico da reforma 13

1.1 Cadeias globais de valor e a fragmentação da produção 13

1.2 A integração produtiva do Brasil nos indicadores 15

1.3 Cadeia de valor, criação de valor e preços de transferência 16

1.4 As obrigações acessórias e a evidenciação da agregação de valor .. 17

1.5 Compatibilidade tributária e decisões de investimento 19

Capítulo 2. Diálogos entre o Brasil e a OCDE e o processo de acessão 23

2.1 De parceiro-chave a candidato: a longa aproximação (2007-2019) 23

2.2 O Projeto de Convergência em preços de transferência (2018-2019) 24

2.3 A acessão em marcha (2022-2026) 24

2.4 Dos diálogos aos fatos: a convergência tributária se concretiza 26

Capítulo 3. O arcabouço de preços de transferência da OCDE 27

3.1 Conceito, evolução e o princípio *arm's length* 27

3.2 As etapas de aplicação e os fatores de comparabilidade 29

3.3 Os métodos da OCDE 31

3.4 Os ajustes do Artigo 9 e a eliminação da dupla tributação 34

3.5 O Projeto BEPS e a criação de valor 36

3.6 Desenvolvimentos recentes: das Diretrizes de 2022 ao *Amount B* 37

Parte II. O regime brasileiro anterior e o diagnóstico da convergência

Capítulo 4. O sistema da Lei nº 9.430/1996: margens fixas, métodos e *safe harbours* 43

4.1 Origem e arquitetura do regime de 1996 43

4.2 A ausência de referência expressa ao princípio *arm's length* 44

4.3 Os métodos de importação e de exportação 45

4.4 As margens fixas como núcleo do sistema 47

4.5 Os *safe harbours* brasileiros 48

Capítulo 5. O Relatório Conjunto RFB-OCDE (2019) e a análise das 30 lacunas 49

5.1 O Relatório Conjunto: gênese, método e os cinco pilares 49

5.2 As lacunas nas transações complexas 50

5.3 As lacunas nos mecanismos de prevenção e de solução de controvérsias 52

5.4 As opções de alinhamento e a escolha do alinhamento pleno gradual 54

Capítulo 6. Margens fixas: problema ou solução? O debate doutrinário 57

6.1 A questão e os termos do debate 57

6.2 As margens fixas como problema.....57

6.3 A dimensão constitucional.....59

6.4 As margens fixas como solução 60

6.5 A superação do dilema.....62

Parte III. O novo marco legal: a Lei nº 14.596/2023

Capítulo 7. Da MP nº 1.152/2022 à Lei nº 14.596/2023: o processo legislativo 65

7.1 Do diagnóstico à norma 65

7.2 A opção pela medida provisória.....65

7.3 A tramitação e a conversão na Lei nº 14.596/2023 66

7.4 A regulamentação: consulta pública e a IN RFB nº 2.161/2023.....67

7.5 Vigência e significado 68

Capítulo 8. O princípio *arm's length* e o delineamento da transação controlada 69

8.1 O princípio *arm's length* como pilar do novo regime 69

8.2 A entidade separada e o Artigo 9: ajustes e dupla tributação.....71

8.3 O delineamento da transação controlada 74

8.4 A análise funcional, a conduta efetiva e o não reconhecimento excepcional 77

8.5 Subjetividade, segurança jurídica e a ponte para a comparabilidade 80

8.6 A interface com a tributação de lucros no exterior (regras CFC).....81

8.7 O ajuste secundário (secondary adjustment).....85

Capítulo 9. Os novos métodos e a análise de comparabilidade (IN RFB nº 2.161/2023).....89

9.1 Da opção entre métodos ao método mais apropriado 89

9.2 Os métodos da Lei nº 14.596/2023.....91

9.3 Um exemplo prático de aplicação dos métodos.....92

9.4 A análise de comparabilidade 93

9.5 A interface com a valoração aduaneira (OMC/GATT) 95

9.6 As *commodities* e o agronegócio: o método PIC por cotação 99

Capítulo 10. Transações específicas: serviços intragrupo, reestruturações e operações financeiras.....105

10.1 Serviços intragrupo e acordos de compartilhamento de custos... 105

10.2 Reestruturações de negócios 113

10.3 Operações financeiras 120

Capítulo 11. Intangíveis e royalties: a revogação dos limites de dedutibilidade.....127

11.1 Intangíveis: criação de valor, DEMPE e intangíveis de difícil valoração.....127

11.2 O tratamento anômalo dos royalties no regime anterior.....133

11.3 A tese da inconstitucionalidade dos limites de dedutibilidade..... 135

11.4 A revogação dos limites e o novo regime.....136

11.5 Estudo de caso e direito comparado.....138

Capítulo 12. Documentação, obrigações acessórias e penalidades ...143

12.1 A Ação 13 do BEPS e a documentação em três níveis 143

12.2 O regime documental brasileiro.....144

12.3 Aspectos práticos: limiares, prazos e idioma 145

12.4 As penalidades 148

12.5 Documentação, posição probatória e risco de estimativas fiscais 152

12.6 A documentação como linguagem comum 154

Capítulo 13. Segurança jurídica e controvérsias: *safe harbours*, APAs, MAP e arbitragem 157

13.1 Safe harbours 157

13.2 Acordos prévios de preços (APAs) 162

13.3 O procedimento amigável (MAP) 164

13.4 A arbitragem 169

13.5 A prática brasileira dos APAs e do MAP: implementação e eficiência 178

13.6 Os modelos internacionais disponíveis: o memorando de *safe harbour* bilateral 181

13.7 O roteiro do acordo prévio de preços bilateral 183

13.8 Demais instrumentos internacionais de referência 184

Parte IV. A interface com o Pilar 2

Capítulo 14. O BEPS 2.0 em panorama: o Pilar Um e a tributação mínima global do Pilar Dois 189

14.1 Do BEPS 1.0 ao BEPS 2.0 189

14.2 O Pilar Um em panorama 191

14.3 O Pilar Dois em panorama: a tributação mínima global 197

14.4 O recorte adotado: o Pilar Dois nas suas interfaces com os preços de transferência 204

Capítulo 15. A internalização no Brasil: MP nº 1.262/2024, IN RFB nº 2.228/2024 e Lei nº 15.079/2024 207

15.1 O caminho da internalização 207

15.2 A arquitetura do Adicional da CSLL.....211

15.3 O reconhecimento internacional: QDMTT qualificado e *safe harbour* 213

15.4 Um alvo em movimento: os ajustes normativos.....214

15.5 Pontos sensíveis e críticas 219

15.6 O Pilar Dois e os incentivos fiscais regionais (Sudam e Sudene)..... 222

Capítulo 16. Interfaces entre preços de transferência e o Pilar 2.....227

16.1 Por que os dois regimes se encontram 227

16.2 O princípio *arm's length* dentro do GloBE 228

16.3 Os ajustes de preços de transferência, o lucro GloBE e os tributos abrangidos..... 230

16.4 As funções da documentação e o *safe harbour* transitório 234

16.5 O *Amount B* e a exclusão por substância..... 236

16.6 A renovada importância da segurança jurídica 238

Parte V. Avaliação crítica e perspectivas

Capítulo 17. Impactos da convergência: contencioso, arrecadação, capacidade institucional, conformidade e tecnologia..... 243

17.1 Os impactos esperados e o método de avaliação 243

17.2 O contencioso 244

17.3 A arrecadação 247

17.4 A capacidade institucional..... 249

17.5 As tendências internacionais: o que mostram os dados oficiais 250

17.6 O custo de conformidade 252

17.7 Tecnologia, dados e inteligência artificial na fiscalização e no compliance 254

17.8 Síntese: um painel de indicadores 256

Capítulo 18. Preços de transferência em circunstâncias excepcionais: pandemias, guerras e catástrofes ambientais 257

18.1 Choques sistêmicos e a quebra da comparabilidade 258

18.2 Da exceção à regra: uma tipologia das circunstâncias excepcionais 259

18.3 Catástrofes ambientais e climáticas: a fronteira menos explorada 263

18.4 O tratamento da matéria no novo regime brasileiro 266

18.5 O contrapeso da substância: limites jurídicos e documentação probatória 267

18.6 Lacunas e propostas 271

Capítulo 19. Preços de transferência na economia verde: créditos de carbono, descarbonização e ajuste de carbono na fronteira 275

19.1 A nova classe de transações controladas: o SBCE, os serviços ambientais e a disciplina tributária da Lei nº 15.042/2024 276

19.2 A delineação do crédito de carbono: qualificação, cadeia de valor e comparabilidade 278

19.3 Os custos de descarbonização: teste do benefício, atividades de acionista e a revisão do Capítulo VII 282

19.4 O ajuste de carbono na fronteira e o preço de transferência do exportador brasileiro 284

19.5 Lacunas e propostas 285

Capítulo 20. O Brasil e a acessão à OCDE: avanços e desafios publicamente documentados.....289

20.1 O significado institucional da acessão 289

20.2 O avanço brasileiro em preços de transferência.....291

20.3 Desafios publicamente documentados 292

20.4 Estado atual e cenários de conclusão 296

20.5 Consequências para a administração do novo regime.....301

Conclusão: da previsão à realidade, uma agenda para o futuro.....303

Referências.....313